

OPINIÕES E PERCEPÇÕES SOBRE A IMIGRAÇÃO: CONTRIBUTO PARA A DEFINIÇÃO DE UMA POLÍTICA DE IMIGRAÇÃO PARA PORTUGAL

Rui Leandro Maia

Centro de Estudos de Antropologia Aplicada

Universidade Fernando Pessoa – Porto

A partir do tratamento de um vasto conjunto de informações provenientes da aplicação de um inquérito por questionário a uma amostra da população portuguesa de maior idade, descreve-se o que ela opina e percebe sobre a imigração e os imigrantes, e, com sentido prospectivo, as tipologias de políticas de imigração que advoga em relação com os *espaços sociais* com que se identificam as “categorias” dos respondentes.

No pressuposto de que a sociedade civil, pluralista e dinâmica, é referência para a fixação de qualquer *contrato social*, o texto propõe um modelo possível de integração social e económica de imigrantes, e releva, em forma de reflexão, para a necessidade premente de se fixar um Livro Branco para a imigração em Portugal.

Introdução

A imigração constitui uma matéria de enquadramento legal particularmente delicada. Pressupõe a existência de condições económicas, sociais e culturais de integração daqueles que a representam e não cabe em exclusivo aos decisores, com capacidade executiva e legislativa, encontrarem respostas satisfatórias à instituição de uma política estratégica capaz de servir, mutuamente, o País e os que, vindos do estrangeiro, nele se radicam. Mas a norma tem sido a de fixação de “políticas” de imigração “de cima para baixo”, fundadas em percepções e em interesses parciais e não com base em conhecimentos sustentados sobre o que as populações pensam da imigração e dos imigrantes.

Apresenta-se aqui um conjunto de opiniões e de percepções sobre a imigração e, sobretudo, procura-se desenhar perspectivas sobre a imigração “de baixo para cima”, isto é, a partir do que sabem, pensam e querem o conjunto de respondentes a um questionário construído para o efeito. A ausência de uma política de imigração que considere, para além do número, o perfil tipo do imigrante em favor da sociedade receptora deve conduzir à reflexão alargada muito para além do que julgam e podem

aqueles que estão transitoriamente mandatados e, ao invés, carece de ampla participação cívica na perspectiva de, com estratégia, se associar ao processo imigratório uma política de integração. E essa só se alcança com aceitação e participação social alargada.

A idade média dos 98 elementos do sexo masculino inquiridos é de 25,3 anos, com um intervalo de amplitude de 46 anos, e a idade média dos elementos dos 202 elementos do século feminino é de 23,5 anos, com um intervalo de amplitude de 40 anos, valores que correspondem à oscilação esperada para os alunos que frequentam o ensino superior em geral, considerando os do ensino pré-universitário, 2,7 por cento, e os restantes 97,3 por cento, todos universitários de cursos de licenciatura em regime diurno ou em regime nocturno.

Os solteiros representam 86,7 por cento, os casados e os que estão a viver maritalmente 9,3 por cento e 2,0 por cento, respectivamente, sendo residuais os valores referentes a outras categorias possíveis de estado civil. O número de alunos que exerce ocupação / profissão, 25,5 por cento, é significativo. Estão sobretudo adstritos a actividades relacionadas com o comércio e os serviços.

A preocupação em relação à situação económica é manifesta por 78,8 por cento dos alunos, valor elevado e compreensível tendo em conta o estado da economia nacional e internacional e as baixas oportunidades de emprego, sobretudo em relação ao mercado de trabalho capaz de absorver mão-de-obra possuidora de formação superior.

As origens geográficas dos alunos estão essencialmente concentradas pelo Norte do País, com o distrito do Porto em evidência, 43,8 por cento, seguido do de Braga, com 12,2 por cento, e do de Viana do Castelo, com 7,3 por cento. Os respondentes nascidos no estrangeiro representam 7,3 por cento do total.

Os distritos onde residem estão também essencialmente concentrados pelo Norte do País, com o distrito do Porto em maior evidência, 63,4 por cento, em consequência de aqui estarem radicados muitos respondentes por estarem a estudar, seguido do de Braga, com 10,9 por cento, e do de Viana do Castelo, com 5,3 por cento. Os alunos nascidos no distrito de Aveiro representam 17,3 por cento do total dos respondentes.

São sobretudo de religião católica, 82,6 por cento, com 15,1 por cento de respostas referentes à não filiação em qualquer credo e, uma minoria, 2,3 por cento, de outras confissões.

Quanto à orientação política, uma divisão dicotómica coloca os indivíduos situados à direita e em minoria, apresentados os extremos valores residuais, respectivamente a extrema-direita, com 0,7 por cento, e a extrema-esquerda, com 1,4 por cento, a direita com 21,6 por cento e a esquerda com 19,9 por cento, o centro-direita com 9,1 por cento e o centro-esquerda com 7,4 por cento. Mas é de relevar que, dos 300 indivíduos respondentes, 39,9 por cento manifesta não saber ou não responder sobre a orientação política que os norteia.

Um pouco mais de dois terços, 68,5 por cento, dos respondentes não tem contactos frequentes com imigrantes. Dos que referem ter, a maioria, 70,0 por cento, descreve que eles ocorrem no dia-a-dia, em ambiente de estudo, no trabalho, em espaços públicos, 21,7 por cento refere contactar com imigrantes nas terras onde residem quando não estão no Porto e 8,3 por cento contacta com imigrantes em casa.

Metodologia

Esta proposta assenta no princípio de que a sociedade civil deve ser auscultada, com vista à fixação de uma política estratégica, simultaneamente, em relação à imigração e à integração de imigrantes.

Tem por base empírica a recolha de informações por um inquérito por questionário que, após validação, foi lançado na primeira quinzena do mês de Março de 2006 a um público específico, em número de trezentos, frequentador habitual das bibliotecas da Universidade Fernando Pessoa – Porto.

Para além dos elementos referentes à caracterização sócio-demográfica da amostra não representativa colhida, exploram-se sobretudo questões relacionadas com algumas perspectivas sobre a imigração, ou seja, descreve-se o que querem os respondentes da imigração e dos imigrantes para Portugal em matéria de impedimentos, de autorizações e de qualidades relacionadas com escolaridade e com experiência de trabalho. As opiniões dos respondentes são aqui literalmente transcritas.

O posicionamento manifesto no texto parte do princípio de que as opiniões, as percepções e as perspectivas sobre a imigração se relacionam e diferenciam em função e consoante as regiões de origem dos imigrantes, considerando, por isso, as que estão representadas entre nós com maior acuidade e as demais que, não estando tão presentes,

também induzam à tomada de posições relativamente ao conjunto de questões contempladas.

Os dados apresentados são ainda de nível exploratório primário, fundamentalmente variável a variável, uma vez que a investigação de conjunto está ainda em desenvolvimento e terá conclusão prevista até ao final do ano de 2007.

Discussão de resultados

A maior parte dos inquiridos, 58,7 por cento, acham que o Estado não deve seleccionar, de qualquer forma, os estrangeiros que querem vir para Portugal. Mas os restantes 40,3 por cento, face às questões que aqui foram consideradas para tratamento e análise, configuram explicações reveladoras de preferências por uma imigração condicionada à existência de um a série de requisitos. Essas preferências remetem para a existência de uma consciência sobre a imigração e a necessidade de se adoptarem políticas estratégicas para o País e é sobre elas que este texto reflecte.

Conquanto não exista qualquer manifestação de preferência de fixação dos imigrantes no nosso País pelo seu sexo, há uma manifestação dispersa pelas categorias consideradas sobre se a imigração deve corresponder a determinada faixa etária.

A maior parte dos respondentes considera que ela deve situar-se nos que têm entre os 20 e os 29 anos, 37,5 por cento, seguidos dos que aceitam a imigração em qualquer idade, 20,0 por cento, dos que dizem não saberem ou não responderem, 19,2 por cento, dos que estão entre os 30 e os 39 anos, 11,7 por cento, dos que têm menos de 15 anos, 7,5 por cento, dos que têm entre os 15 e os 19 anos, 2,5 por cento, e dos que têm mais de 50 anos, 1,7 por cento.

Uma análise dos discursos dos respondentes, para cada uma das opções tomadas, permite entender como se posicionam em relação à imigração e ao que pretendem, por entender ser melhor, dos imigrantes.

Para os que entendem que os imigrantes devem vir para Portugal entre os 20 e os 29 anos os discursos podem dividir-se em três grupos:

1. O que justifica a idade, relativamente jovem, dos imigrantes a admitir no País por motivos económicos e sociais essencialmente, representando 50,0 por cento das justificações aduzidas:

- A população portuguesa está a ficar envelhecida.
- A formação de um aluno fica cara ao Estado. A entrada de imigrantes jovens e com formação superior e conhecimentos é uma mais-valia para o País.
- Contribuir para o desenvolvimento do País.
- Fase de maior capacidade física e psicológica.
- Física e psicologicamente mais preparados para o trabalho.
- Idade onde eles podem contribuir para o desenvolvimento do País mais activamente.
- Pessoas com ambição e com vontade de trabalhar.
- Pessoas mais novas, com espírito de trabalho e disponibilidade.
- Porque são idades em que o rendimento/ produtividade no trabalho é maior.
- Porque são jovens adultos, com capacidade, à partida, para trabalhar e não para ter qualquer tipo de ajuda, como é o caso dos idosos.
- Porque se encontra em idade de produção, podendo contribuir para o crescimento sócio-económico.
- São os mais produtivos.
- São pessoas em início de vida, que querem ganhar dinheiro, daí trabalharem e serem importantes para o desenvolvimento económico do nosso País.
- Trata-se de uma idade em que a adaptação é mais fácil, supostamente, e vêm para o País trabalhar e não beneficiar de ajudas.

2. O que justifica a idade por motivos educacionais, representando 7,1, por cento das explicações aduzidas:

- De preferência, já adquiriram um nível de educação superior à média.
- Porque já possuem alguma escolaridade e já são maiores de idade.

3. E o que apresenta motivos essencialmente associados à vida dos imigrantes, às suas realizações pessoais, às suas expectativas e ambições, representando 39,3 por cento das explicações aduzidas:

- A vontade de "crescer na vida" aumenta neste escalão etário.
- É necessário ter em conta a fase de integração que é muito importante. E esta integração, se calhar, não custa tanto nesta idade, até porque é nesta idade que está patente a aventura, a conhecer locais novos...
- Encontram-se numa boa idade para começar a delinear livremente a sua vida.
- Estão numa idade de procurar uma vida melhor, caso não a tenha no seu país de origem.
- Idade com melhor integração na comunidade.
- Idade propícia a uma integração mais rápida e ainda com possibilidade de formação ideal.
- Jovens.
- Mais expectativas nestas idades.
- Pelo facto de não serem menores, e por estarem num nível etário em que precisam de trabalho para serem alguém na vida.
- Por serem maiores de idade para poderem ter mais condições de vida.
- Porque é a idade onde começa uma nova vida e há mais perspectivas futuras.

Para os que entendem que os imigrantes podem vir para Portugal em qualquer idade os discursos podem dividir-se em quatro grupos:

1. O que justifica a admissão dos imigrantes por motivos económicos e sociais essencialmente, representando 44,4 por cento das justificações aduzidas:
 - A população deve ser controlada de modo a que não haja injustiças sociais
 - Desde que queira trabalhar e não cause desemprego para os de Portugal.
 - Poucas, mas que venham para trabalhar.
 - Sendo menor, a sua sobrevivência tem que ser assegurada pelos pais ou familiares.
2. O que justifica a admissão dos imigrantes por motivos pessoais, representando 22,2 por cento das justificações aduzidas:
 - Porque qualquer pessoa tem direito a tentar melhorar a vida.
 - Todos somos iguais.
 -

3. O que justifica a admissão de imigrantes por motivos educacionais, representando 11,1, por cento das razões aduzidas:

- Importância na aprendizagem da língua; entender a língua portuguesa; adaptar-se a uma nova cultura.

4. E o que, em consonância com a opção de resposta, não dão quaisquer motivos específicos para associar a idade ao acto de imigrar, representando 22,2 por cento das justificações aduzidas:

- Não há idade determinada para se poder imigrar para qualquer país.
- Penso que a idade não é determinante mas sim a motivação e os objectivos dos imigrantes.

Embora os que referem não saber ou não responder não apontem qualquer grupo de idades, são três as justificações avançadas:

- A idade implica que estes tenham maturidade suficiente e valores definidos.
- Não faz sentido falar em idade para a imigração ou emigração.
- Só se for para trabalhar seriamente.

Para os que entendem que os imigrantes devem vir para Portugal entre os 30 e os 39 anos os discursos podem dividir-se em dois grupos:

1. O que justifica a idade dos imigrantes a admitir no País por motivos económicos e sociais essencialmente, representando 85,7 por cento das justificações aduzidas:

- Aumenta o número de pessoas aptas para trabalharem e assim contribuem para o desenvolvimento económico do País.
- Idade adulta – mais responsáveis/ maduros/ com objectivos construídos. Relativamente novos – para, com o seu contributo profissional, ajudarem a economia do País.
- Idade intermédia – aptos para trabalharem, alguma maturidade e, provavelmente, sem vícios de trabalho.
- Maior aptidão para o trabalho.
- Melhor [por] estarem dentro da idade para trabalharem.

- Porque já são pessoas com experiência e a integração num novo país não vai ser tão dificultada.
2. E o que apresenta motivos associados à vida dos imigrantes, às suas realizações pessoais, às suas expectativas e ambições, representando 14.3 por cento das explicações aduzidas:
- Porque terão uma idade mais madura para fazerem essa opção.

Para os que entendem que os imigrantes devem vir para com idade inferior a 15 anos os discursos referem-se a motivos de natureza social e económica:

- Adaptação.
- Há uma melhor inserção no País de escolha.
- Não deveria haver imigração, mas, a haver, os imigrantes devem ser o mais possível novos: integram-se melhor. A existência de imigrantes é o oportunismo de alguns.
- Pois seriam portugueses, pois iriam contribuir para o País como portugueses, desde terem a escolaridade obrigatória e mais tarde terem direito a uma reforma porque contribuíram para o Estado.
- São criadas normas de ensino e saber estar num país que não é o deles. Logo, conseguem adaptar-se melhor.

Para os que entendem que os imigrantes devem vir com idades entre os 15 e os 19 anos, os discursos referem-se a motivos económicos e sociais:

- É a idade adequada para se adaptarem a quase tudo, têm maior independência e maior autonomia. Podem assegurar vários tipos de trabalho.
- Pois são pessoas ainda jovens que podem vir a realizar o trabalho que cá ninguém quer fazer, normalmente trabalhos mais forçados

Dos que entendem que os imigrantes devem vir para Portugal com mais de 50 anos nenhum respondente avançou explicações.

A associação entre requisitos educacionais prévios e imigração identifica a prioridade para as pessoas que tenham realizado estudos, com 19,3 por cento e 26,9 por

cento das manifestações para os adeptos de que os imigrantes devem, respectivamente, possuir a escolaridade equivalente ao nosso ensino secundário e ao nosso ensino superior. Os adeptos do primeiro e do segundo ciclos do ensino básico são em igual valor percentual, 2,5, e do terceiro ciclo do ensino básico são 5,9 por cento. No entanto, 6,7 por cento dos respondentes optam pela não exigência de qualquer frequência escolar para os imigrantes e 36,1 por cento não sabe ou não responde.

A imigração por fases colhe 69,7 de respostas favoráveis, 6,7 de respostas não e 23,5 por cento de não respostas, não sabe ou não responde.

O sim foi mais expressivo, 90,8 por cento, na questão do estabelecimento de um número máximo de pessoas a admitir por ano como imigrantes, ficando o não pelos 4,2 por cento e o não sabe não responde pelos 5,0 por cento.

A maior parte dos respondentes considera que deve existir algum grau de restrição à entrada de imigrantes, com maior expressão para os que pensam que ela deve ser elevada e moderada, 25,0 por cento cada, seguidas de perto pelos que pensam que ela deve ser baixa, 20,0 por cento, e, a alguma distancia, muito baixa, 8,3 por cento. Apenas 12,5 por cento consideram que não deve existir qualquer restrição à imigração e 8,3 por cento não sabem ou não respondem.

A manifesta restrição à entrada de imigrantes, para as três regiões mais expressivas, é revelada em relação à China, com 17,1 por cento, a Outros Países de África, com 11,2 por cento, e aos PALOP, com 10,3 por cento na categoria “muito elevada”; é de 21,4 por cento para a Europa de Leste e repete-se para Outros Países de África, com 19,8 por cento, e para os PALOP, com 18,8 por cento na categoria “elevada”.

As manifestas exigências de grau de escolaridade dos imigrantes são maioritárias na categoria “moderado”, com 50,4 por cento, “elevado”, com 33,1 por cento, “muito elevado”, com 3,3 por cento, “muito baixo”, com 1,7 por cento, “baixo”, com 0,8 por cento. 10,7 por cento, não sabe ou não respondem.

As maiores exigências em relação ao grau de escolaridade colocam-se, naturalmente, em relação a quadros superiores, 45,5 por cento “muito elevada”, e em relação a técnicos profissionais intermédios, 57,0 por cento “muito elevada”. Para as profissões e ocupações de menores exigências habilitacionais a expressão de requisitos escolares é dominada pelas categorias “moderada” e “baixa”.

Da mesma forma em relação às maiores exigências em relação ao grau de experiência profissional para os quadros superiores, 44,2 por cento “muito elevada”, e em relação a técnicos profissionais intermédios, 45,0 por cento “muito elevada”. Para as profissões e ocupações de especialização a expressão do requisito experiência é dominada pelas categorias “elevada” e moderada”.

Nota de conclusão

A posição de que ao Estado não cabe seleccionar, de qualquer forma, os estrangeiros que querem vir para Portugal é reveladora, na expressão maioritária que tem e tendo em conta as características dos respondentes – pessoas com um nível educacional acima da média – da ausência de uma consciência cívica estratégica para a imigração e para os imigrantes.

É de assinalar que 58,7 por cento dos respondentes acham que o Estado não deve seleccionar os imigrantes. E para os restantes regista-se que:

- Apesar de 37,5 por cento entender que os imigrantes devem vir para Portugal entre os 20 e os 29 anos, não há uma definição marcante de idade ideal.
- As justificações sobre as opções de idades de imigração são, fundamentalmente, de carácter económico e social, seguidas das relacionadas com as competências educacionais e das relacionadas com os interesses e as expectativas dos imigrantes, numa distinção que nem sempre é clara pelas categorias de análise expostas. Há uma manifesta tendência pelas respostas justificativas da imigração como um todo por aquilo que a mesma representa de vantajoso para o País e não para as pessoas.
- Há uma assunção clara pela aceitação de imigrantes com formação média e superior, uma associação entre as competências educacionais de base e as competências exigidas para o trabalho a desenvolver em Portugal, bem como destas em relação à experiência profissional de base.

Parece consensual que não é possível nem é desejável, no quadro geoeconómico em que se insere Portugal, parar a imigração. É possível geri-la de modo a que responda ao desafio, quase utópico, de contribuir para um benefício triplo: entre os países que nela se envolvem e para os actores que a sustentam. E isso implica um conhecimento

profundo do que a imigração e os imigrantes representam, em si e para a sociedade civil que com eles interage. O que se afirma é tanto mais importante quando a definição de uma política de imigração, para além do número, implica a preparação e a definição de uma política de integração de imigrantes, o que só se consegue com a colaboração da sociedade civil.

O projecto a que este texto se associa pretende dar corpo a essa preocupação de auscultar o entendimento da sociedade civil, em forma de *Livro Branco*, sobre a imigração e os imigrantes. Ao que ele esboça, parece não existir um sentimento formado sobre o lugar da imigração e dos imigrantes na construção da nossa sociedade e, muito menos, sobre uma estratégia imigratória para o País.

Referências Bibliográficas

CÁDIMA, Rui e FIGUEIREDO, Alexandra, 2005, *Representações (imagens) dos imigrantes e das minorias étnicas nos media*. Lisboa: ACIME.

LAGES, Mário e POLICARPO, Verónica, 2003, *Atitude e valores perante a imigração*, Lisboa: ACIME.

LEANDRO, Maria Engrácia, 2000 “A construção social da diferença através da acção denominativa. O caso dos jovens portugueses perante as migrações internacionais” in *Sociedade e Cultura 1, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia*, vol. 13 (1): 5-30.

McANDREW, Marie, 2005 “Envolvimento do Canadá na área da imigração e da integração” in *Globalização e Migrações* (António Barreto org.). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, ICS/UL: 75-99.

OLIVEIRA, Catrina Reis de, 2005 *Empresários de origem emigrante. Estratégias de Inserção Económica em Portugal*. Lisboa: ACIME.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz 2002 “A imigração em Portugal: contribuição externa para o desenvolvimento interno” in *Imigração e Mercado de Trabalho* (AA.VV). Cadernos Sociedade e Trabalho II. Oeira: Celta Editora: 145-160.

ROSA, Maria João Valente, SEABRA, Hugo de, SANTOS, Tiago 2004 *Contributo dos imigrantes na demografia portuguesa. O papel das populações de nacionalidade estrangeira*. Lisboa: ACIME.

VITORINO, António 2002 “Imigração para trabalho” in *Imigração e Mercado de Trabalho* (AA.VV). Cadernos Sociedade e Trabalho II. Oeira: Celta Editora: 3-11.

Outros países de África	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
América do Norte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Brasil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros países da América Central e do Sul	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
China	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros países da Ásia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Oceânia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

17. A presença de imigrantes influencia o número de crimes registados no País?					
	Não	Sim, eles são vítimas do crime	Sim, eles cometem o crime	Sim, eles são vítimas do crime e cometem o crime	Não Sabe/ Não Responde
União Europeia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Europa de Leste	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros países de África	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
América do Norte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Brasil	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros países da América Central e do Sul	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
China	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros países da Ásia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Oceânia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

18. Trabalho e legislação. Os imigrantes:			
	Sim	Não	Não Sabe/ Não Responde
Tiram o trabalho aos portugueses?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Os que estão ilegais devem ter direito a trabalhar?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
São regidos por legislação adequada?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Contribuem para o nosso desenvolvimento económico?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pagam os impostos que devem?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
E beneficiam desses impostos?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. É função do Estado:			
Adoptar políticas de actuação específicas para os imigrantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assegurar igualdade de tratamento entre nacionais e imigrantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Assegurar maior ajuda aos imigrantes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas							
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pessoal Administrativo e Similares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pessoal dos Serviços e Vendedores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalhadores Não Qualificados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29. Assinale o grau de experiência profissional que os imigrantes devem ter no seu país de origem para poderem desempenhar as seguintes profissões em Portugal:							
Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pessoal Administrativo e Similares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pessoal dos Serviços e Vendedores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Trabalhadores Não Qualificados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

O questionário termina aqui. A sua colaboração foi muito importante.

Ficha Técnica do questionário	
N.º do questionário:	
Responsável pela administração:	Data e hora:
Local de realização e contacto do respondente:	
Av. / Rua, n.º :	
Telefone de contacto - facultativo:	